



***Encerramento da discussão na generalidade
das Propostas de Plano e de Orçamento para 2019***

André Bradford

29 de novembro de 2018

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Açorianas e Açorianos,**

As propostas de Plano e de Orçamento para 2019, que debatemos ao longo dos últimos dias, assinalam a metade da presente legislatura.

Esse facto simbólico e o percurso que empreendemos desde 2016, permitem-nos, com toda a legitimidade, escolher o futuro.

Foi isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez ao longo deste debate que agora se encerra: participar na definição do futuro da nossa terra, com um empenho sempre novo e um sentido de responsabilidade renovado.

É esse o espírito com que encaramos cada Plano e cada Orçamento, porque o futuro se constrói pelas mãos dos que não abdicam de se envolver, dos que se comprometem, dos que não desistem de lutar por aquilo em que acreditam, no poder ou na oposição.

Por isso, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estar aqui hoje, não é apenas o cumprir de um ritual regimental ou de um calendário parlamentar.

Estar aqui hoje é um privilégio e uma missão de grande responsabilidade, porquanto nos cumpre decidir, em nome dos Açorianos que nos elegeram como seus representantes, as linhas orientadoras do futuro da nossa Região, com o risco mas também com a esperança que segue sempre os audazes.

Na medida proporcional da dimensão eleitoral de cada um, ninguém nesta casa se deve considerar isento do nobre esforço de, a cada Plano e a cada Orçamento, levar os Açores mais longe.

Um Plano e um Orçamento serão sempre melhores para a Região e para o futuro dos Açorianos, se resultarem de um processo aberto, participado e dinâmico, de diálogo político-partidário, feito de convicções e boa-fé, refletindo as várias sensibilidades existentes na sociedade Açoriana.

Temos tido, ao longo das sucessivas maiorias governativas do PS, bons exemplos deste espírito colaborativo, havendo lugar, a cada ano, à aprovação de propostas de alteração, apresentadas por todos os partidos da oposição.

É por isso que não conseguimos compreender que haja quem prescindia desta nobre tarefa democrática e se diga - precocemente, antes mesmo de qualquer esforço de concertação – farto e descrente, enfasiado por não poder fazer, sozinho e a seu bel-prazer, o seu Plano e o seu Orçamento.

Muito menos compreendemos quando não se trata de um partido de protesto, fechado num mundo próprio de contestação, mas sim de um partido que se define como o maior da oposição e a alternativa à governação do PS.

E muito menos ainda podemos compreender quando não se trata de um partido com uma liderança de décadas, mas sim de um partido que se diz renovado nos seus métodos e propósitos.

Senhoras e senhores deputados, a rejeição liminar e antecipada do Plano e do Orçamento por parte do PSD é coisa velha dos últimos cinco anos. Não tem nada de novo nem de renovado. Novo e inspirador seria a possibilidade de dialogarmos sem condições em prol das aspirações dos Açorianos! Isso sim seria marcar a diferença!

Apesar disso, e porque a história já demonstrou que a oposição não é toda igual, mantemos convictamente a nossa vontade de colaborar com aqueles que não se furtam à sua missão de participar ativamente no desenvolvimento dos Açores.

- Sem complexos e sem considerações de tática partidária, há na oposição quem nos aponte correções que aperfeiçoam a governação e nos fazem servir melhor os Açorianos;

- Há na oposição quem, de forma construtiva, esclarecida e civicamente responsável, procure legitimamente influenciar o governo, sem exigir que se desvirtue o seu Programa e as suas propostas.

É com essa oposição que podemos e devemos trabalhar, como temos feito e como, com certeza, faremos de novo este ano.

Infelizmente, para a construção de uma Região melhor é impossível contar com aqueles que têm como principal objetivo programático, assumido publicamente, derrubar esta maioria, e que usam esse desígnio como razão de ser de tudo o que fazem, dizem ou propõem.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Há certezas e convicções de que não prescindimos a cada Plano e a cada Orçamento porque são a essência do que somos enquanto partido e decorrem da forma como olhamos o mundo:

- Acreditamos numa sociedade que protege os mais vulneráveis;
- Acreditamos na Educação como meio de promoção da independência pessoal e da mobilidade social;
- Acreditamos no fomento do desenvolvimento económico como instrumento para a felicidade e para a realização humana;
- Acreditamos na gestão da coisa pública como essencial para a redistribuição equitativa da riqueza, de modo a garantirmos a coesão social e territorial.

É esta a nossa matriz. É esta a alma da nossa governação. São estes os pilares da nossa coerência.

Não somos mais de direita ou mais de esquerda consoante a oscilação do pêndulo eleitoral.

Nunca hesitamos em mudar ou aperfeiçoar medidas e políticas quando estamos insatisfeitos com os seus resultados, mesmo que as oposições nos critiquem por isso.

Preferimos sempre a crítica a persistirmos no erro ou a cedermos ao imobilismo e à falta de ambição.

Mas também não nos furtamos ao imperativo de cumprirmos com o nosso ideário, sem incoerências de conveniência ou cedências oportunistas.

Outros há que pregam mas não praticam, que clamam mas não fazem, que subjugam a coerência à ânsia de poder.

Que juízo político se pode fazer de um líder partidário que, na oposição exige aumentos dos complementos sociais, mais recursos e mais meios, mas que na sua autarquia reduz os apoios e dedica apenas 0,8% do total do Orçamento à ação social?

Que legitimidade tem um responsável político para falar do combate à pobreza como uma prioridade dos organismos públicos, quando no plano concelhio, dedica no seu Orçamento à rubrica “mercados e feiras” a mesma verba que reserva para o apoio social?

Que coerência pode ser atribuída a um líder partidário que, dirigindo há seis anos o concelho com a maior percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Região, exige que o Governo Regional se responsabilize sozinho pela resolução do problema?

E, a este mesmo propósito, que dizer do facto do município da Ribeira Grande ter prescindido de contribuir com propostas de melhoria, quando foi solicitado a isso, quer para a Estratégia Regional de Combate à Pobreza quer para o subsequente o Plano de Ação?

Porque é que o que se passa de bom no turismo do concelho é mérito da autarquia enquanto os problemas sociais do concelho são da responsabilidade do Governo Regional?

Senhoras e Senhores Deputados,

Que credibilidade pode merecer uma liderança partidária que, enquanto poder autárquico, não devolve o máximo de IRS aos seus munícipes, aumenta em 10% as taxas cobradas pela Câmara e arrecada, nos seis anos que leva de gestão, mais 91% de impostos cobrados às famílias - que credibilidade pode ter uma liderança como esta, para exigir ao Governo Regional, que reduza ao máximo o IVA e o IRC, numa Região que já tem os impostos mais baixos do país?

Haja decoro político, senhoras e senhores deputados!

É que, além de não ter qualquer vontade de participar na nobre tarefa de construir o futuro da Região enquanto forem outros a governar, esta liderança do PSD enferma de uma gritante hipocrisia política, plena de contradições e devedora apenas de um único propósito: derrubar, por qualquer via, de qualquer forma, a maioria do voto popular no PS e chegar ao poder.

Com este tipo de oposição - que não é, felizmente, toda a oposição e que é até bem diferente, para pior, de outra oposição – é virtualmente impossível promover um diálogo político construtivo e consequente.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento para 2019 marca a segunda metade da execução do contrato eleitoral que celebrámos com o Povo Açoriano em 2016.

O que foi feito nos dois primeiros anos da atual legislatura demonstra bem que estamos a respeitar o compromisso assumido com os Açorianos e que estamos

a fazê-lo com inegáveis resultados positivos, que fazem diferença no dia-a-dia de cada Açoriano, de cada família, de cada empresa.

Na preparação do debate que agora se encerra, o Grupo Parlamentar do PS fez um conjunto de visitas e de reuniões precisamente com o objetivo de constatar no terreno os efeitos da execução dos Planos e Orçamentos que aprovámos nesta legislatura.

Estar no terreno permitiu-nos ouvir o reconhecimento pelo que foi feito, mas também, e principalmente, perceber a relevância do que ainda falta fazer, perante novos desafios, novos contextos e novas ambições.

Visitámos, por exemplo, o mais recente empreendimento de alojamento local de um casal que começou, há quatro anos por recuperar uma antiga casa e que hoje, graças à sua capacidade empreendedora e à dinâmica que a nossa economia regista, gere um negócio de seis estabelecimentos, criando outros tantos postos de trabalho.

Este é um dos muitos exemplos concretos de que se constituem as estatísticas da evolução da economia dos Açores e do emprego desde o início desta legislatura.

Segundo os números mais recentes, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Açores ultrapassou pela primeira vez na história os quatro mil milhões de euros, enquanto o número de Açorianos empregados é o mais alto verificado desde 2007.

As medidas e orientações políticas propostas pelo Governo Regional e aprovadas nesta casa, e a sua execução ao longo dos últimos dois anos, também fizeram diferença na área da Saúde.

Estivemos com a equipa de cuidados domiciliários do Centro de Saúde de Ponta Delgada e pudemos constatar o esforço, o empenho e a dedicação de médicos, enfermeiras e assistentes sociais.

Está implementado um serviço de proximidade, com resposta pronta e adequada, que dá tranquilidade e segurança a quem precisa de assistir a familiares ou de receber cuidados de saúde mas não tem condições de mobilidade para os procurar.

Este exemplo concreto de que vos falo serve bem de indicador da evolução positiva que se vem registando também ao nível da Saúde na presente legislatura.

E não falo apenas dos significativos aumentos do número de intervenções cirúrgicas ou de consultas no Serviço Regional de Saúde ao longo da atual legislatura.

Falo sobretudo no facto de termos sido capazes, enquanto sociedade, de reduzir drasticamente a taxa de mortalidade infantil, registando hoje a mais baixa taxa da Europa quando chegámos a ter a mais alta do país.

Falo também do facto de estamos à beira de concretizar um desígnio de sempre da Autonomia, garantindo a cobertura integral da Região em termos de médicos de família, apesar dos muitos agoiros, da crítica e da descrença de alguns nesta casa.

Mas também podemos falar da área da Educação. Estivemos na nova creche de Água de Pau, em S. Miguel, investimento incluído nos Planos e Orçamentos que aprovámos nesta legislatura, e pudemos constatar a diferença que esta nova oferta educativa faz na vida daquela vila.

Notámos desafios que resultam sobretudo da necessidade de conciliar os hábitos sociais da comunidade com as novas exigências escolares, mas também constatámos de forma evidente a satisfação e a esperança com que profissionais e famílias encaram esta nova valência educativa e as possibilidades que ela abre para as crianças daquela comunidade.

Este é um resultado prático das medidas e das decisões políticas validadas nesta Casa, e que nos permitiram, por exemplo, atingir, no âmbito do ProSucesso e antes do tempo previsto, algumas das metas a que nos tínhamos proposto – como ainda recentemente foi destacado pelo Conselho Nacional de Educação.

Por exemplo, na pré-escolarização em que nos faltam décimas para atingir os 95% estipulados pela União Europeia para 2020.

Ou nos casos das taxas de transição e de conclusão do Ensino Básico, em que já ultrapassamos os valores definidos para 2020.

A primeira infância tem sido, aliás, uma prioridade para o Governo do Partido Socialista, o que permitiu que, nos últimos cinco anos, se tenham disponibilizados quase 700 vagas, representando mais de 33% a nível de cobertura considerada desejável pela OCDE.

Se vos dou estes exemplos não é para o aplauso da Câmara ou para fazer passar a ideia de que tudo está bem nos Açores e que o resto se há de ir fazendo, ao sabor do tempo.

O que quero realçar é que temos vindo a realizar um processo de retoma e consolidação do nosso desenvolvimento, com resultados assinaláveis e facilmente documentáveis nesta primeira metade da legislatura.

É por isso que agora nos podemos apresentar a esta Câmara com um conjunto ambicioso, coerente e inovador de propostas para construir, em comunhão de

esforços com os Açorianos, uma Região ainda mais próspera, ainda mais justa, ainda mais moderna, ainda mais ambiciosa, ainda mais coesa.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Plano e o Orçamento que aqui debatemos têm uma marca de água distintiva: a marca da responsabilidade.

Responsabilidade que só está ao alcance de quem sabe que não é prometendo tudo, a toda a hora, a todos, que se cumpre o desígnio de reforçar o caminho de desenvolvimento e progresso social e económico na Região.

A marca da responsabilidade de quem tem a perfeita consciência – e se sente confortável com isso – da obrigação de explicar aos Açorianos porque, num determinado momento, não é possível avançar com um investimento, fazer uma obra ou adotar uma medida.

Mas, também, a marca da responsabilidade que só está ao alcance daqueles tem um projeto claramente definido, sufragado pela maioria dos Açorianos, para a nossa sociedade, que é vista, não como um conjunto de partes segmentadas, cada qual com o seu interesse específico, mas como uma parceira única e indivisível neste caminho conjunto que percorremos.

É também por isso, é sobretudo por isso, que este Plano e este Orçamento deixam, a partir da sua aprovação nesta Assembleia, de ser do Governo ou da maioria que o apoia, para serem o Plano e o Orçamento dos Açores.

E se a responsabilidade é a marca destes documentos, a coesão social e territorial, a consolidação do atual crescimento económico e a solidariedade e apoio social são as traves-mestras que lhe dão corpo e substância.

É preciso que fique claro. Não tinha de ser assim! Esta é uma opção política. A nossa opção política.

A opção política desta maioria e deste Governo. A opção política de quem sabe que este Plano é um instrumento para aproximar ilhas, que cria as condições para que cada Açoriano se sinta cidadão de pleno direito na ilha e no concelho que escolheu para viver – não para fazer tudo igual em todo o lado, mas para fazer o melhor e o mais adequado em cada sítio.

A opção política, que assumimos claramente como nossa, de quem tem a perfeita consciência do esforço que todos fizemos para recuperar dos tempos desafiantes e de que agora, é tempo de unir esforços para consolidar cada vez

mais os evidentes sinais de retoma económica, de criação de melhor emprego e de geração de mais riqueza.

A opção política de quem rejeita, liminarmente, que muitos tenham de ficar para trás para que alguns possam seguir em frente.

De quem tem a certeza que a sociedade açoriana não é, nunca poderá ser, um aglomerado de interesses em competição, em que uns - os mais fortes, mais influentes ou que gritam mais alto - têm direito a evoluir, enquanto os outros - os que não têm representação corporativa, os que não têm dimensão mediática, os que não se conseguem fazer ouvir - ficam remetidos à inevitabilidade de ficar onde sempre estiveram.

Sra Presidente, Sras e Srs Deputados,

Senhor Presidente do Governo, Sras e Srs Membros do Governo,

Açorianas e Açorianos,

É uma extraordinária jornada, a da transformação dos Açores para melhor!

Com falhas, é certo. Por vezes, sem ter sido possível assegurar que os benefícios fossem equitativamente repartidos. Por vezes, pelo caminho mais difícil.

Mas que privilégio e que honra ser parte integrante, ativa, empenhada, envolvida neste processo de ajudar ao desenvolvimento destas ilhas e dos nossos concidadãos.

É por isso que não nos conformamos a cada conquista, a cada dado positivo, a cada avanço, e que não nos conformamos também a cada revés, a cada retrocesso, a cada má notícia.

É também por isso que não podemos aceitar que haja quem continue a pensar que a conquista do poder será tanto mais fácil quanto pior estiverem os Açores.

Os que assim pensam, incomodam-se a cada boa notícia, a cada conquista do povo Açoriano, a cada avanço que fazemos, ao mesmo tempo que se entusiasmam com cada retrocesso ou com cada dificuldade.

Foi sempre assim durante os exigentes anos da crise que nos atingiu, em que nunca esta Assembleia conseguiu encontrar no PSD um aliado interessado em contribuir para se ultrapassar estes desafios.

Todos os sinais indiciam que, cada vez mais, será assim daqui para a frente.

Esta estratégia tem, porém, um grande risco: a possibilidade de os Açores melhorarem.

É porque é precisamente isto que está a acontecer, e quando os Açores melhoram, esta estratégia faz com que o PSD/Açores fique órfão de propostas, vazio de ideias, e dependente de interesses de terceiros para definir o que pensa sobre o futuro da Região.

Lastimando que assim seja, acreditamos, porém, que outros há com quem poderemos prosseguir o desafio de conquistar o futuro em benefício dos Açores.

“Que seria dos homens” – escreveu um dia Antero – “se, acima dos ímpetos da paixão e dos desvarios da inteligência, não existisse essa região serena da concórdia na boa fé e na tolerância recíproca! Uma região onde os pensamentos mais hostis, se podem encontrar, estendendo-se lealmente a mão”.

Nós, hoje nesta casa maior da autonomia reafirmamo-nos dessa região,

- da região que enfrentou mil tempestades e se reergueu mil e uma vezes;
- da região que depois de ter conquistado o que os outros queriam que fosse suficiente, conquistou ainda mais;
- da região dos que são daqui;
- dos que escolheram ser daqui;
- dos que voltam sempre aqui;
- da região dos que conquistaram o direito a serem fazedores do seu próprio destino;
- da região dos que lutaram pela dignidade de se poderem dizer um povo;

Somos desta Região e queremos que ela seja o melhor que os Açorianos sonharem ser!

Disse.